

Senado repete votação e a convocação é aprovada

BRASÍLIA — O Congresso Nacional concluiu ontem à tarde o processo de votação da convocação da Assembleia Nacional Constituinte quando o Senado Federal aprovou, em segundo turno, com 55 votos favoráveis, o quarto texto da emenda. Na madrugada de ontem, o mesmo texto havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados por 324 votos "sim", 21 "não" e uma abstenção.

A votação de ontem à tarde serviu para aprovar a matéria após a anulação da primeira votação no Senado, por ter sido constatada uma irregularidade: o voto "sim" do Senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), que, no entanto, não estava em plenário e sim no Rio de Janeiro, para onde viajara às 18 horas, quase nove horas antes da votação.

A anulação, determinada pelo Presidente do Senado, José Fragelli, também ficou evidente — por um telefonema dele a Saldanha Derzi — que ele não havia votado, foi elogiada pela maioria dos parlamentares que ocuparam a meia hora de "pinga fogo" que abriu a sessão de votação, às 18 horas.

O Líder em exercício do PTB na Câmara, Roberto Jefferson, tentou

uma manobra visando a considerar que a votação, mesmo com a anulação do voto de Derzi, seria válida, pois ficando 45 votos favoráveis, estava presente no Congresso o Presidente Fragelli, permitindo quorum (46 votos a favor). No seu entender, portanto, a votação não somente era válida, como a emenda da Constituinte tinha de ser considerada rejeitada no Senado. Essa questão de ordem, porém, não prosperou, pois Fragelli disse que havia considerado prejudicada a votação, devido ao voto de Derzi computado erroneamente.

Por sugestão do Líder do PT na Câmara, Djalma Bom, quando da votação, José Fregelli solicitou aos Senadores que se dirigissem aos dois microfones de apartes — instalados

frontalmente à Mesa Diretora — pa-

ra proferir seus votos. Como isso foi entendido como um voto de desconfiança da Mesa, os Senadores protestaram e votaram como sempre fazem: uns mais próximos, levantando a mão direita; e outros gritando "sim" e levantando-se para serem identificados pelo Secretário da Mesa, encarregado da chamada nominal. No plenário da Câmara, onde se realizam as sessões do Congresso, somente existe painel eletrônico para os Deputados, sendo os votos dos Senadores sempre tomados por chamada nominal.

O texto aprovado ontem à tarde pelo Senado é o quarto desde que chegou ao Congresso no dia 7 de agosto a mensagem presidencial propondo a convocação da Assembleia Constituinte. Um segundo texto foi o proposto pelo relator Flávio Bierrenbach e rejeitado pela Aliança Democrática, que o destituiu da função. O terceiro foi o do segundo relator, Walmor Giavarina. E o quarto, sem as expressões suprimidas nos destaques, foi votado em segundo turno.

Votaram ontem favoravelmente à

Assembleia Nacional Constituinte exclusiva quanto ao seu funcionamento, mas não quanto a seus integrantes (pois após a Constituinte os Deputados e Senadores continuariam seus mandatos no Senado e na Câmara), os seguintes Senadores, por parte:

PMDB — Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), Alcides Palo (RO), Galvão Modesto (RO), Hélio Guerres (PA), Alberto Silva (PI), Martins Filho (RN), Humberto Lucena (PB), Cid Sampaio (PE), João Calmon (ES), José Ignácio Ferreira (ES), Itamar Franco (MG), Alfredo Campos (MG), Nélson Carneiro (RJ), Fernando Henrique Cardoso (SP), Severo Gomes (SP), Henrique Santillo (GO), Mauro Borges (GO), Gastão Miller (MT), Marcelo Miranda (MS), Roberto Mypych (PR), Álvaro Dias (PR), Enéas Faria (PR) e Alcides Saldanha (RS).

PDS — Jorge Kalume (AC), Odacir Soares (RO), Aloisio Chaves

(PA), Gabriel Hermes (PA), Alexandre Costa (MA), Helvécio Nunes (PI), Virgílio Távora (CE), Passos Porto (SE), Lomanto Júnior (BA), Luiz Viana Filho (BA), Moacyr Dalla (ES) Amaral Peixoto (RJ), Benedito Ferreira (GO), Lenoir Vargas (SC) e Octávio Cardoso (RS).

PDT — Roberto Saturnino (R), respectivamente, não votaram pela Constituinte.

PTB — Antônio Leal (AC), Eunice Michiles (AM), Américo de Souza (MA), João Lobo (PI), José Lins (CE), Marcondes Gadelha (PB), Milton Cabral (PB), Nivaldo Machado (PE), Guilherme Palmeira (AL), Carlos Lyra (AL), Luiz Cavalcante (AL), Albano Franco (SE), Lourival Batista (SE), Jutahy Magalhães (BA), Jorge Bornhausen (SC) e Carlos Chiarelli (RS).

PP — José Genoino (PT-SP), que endossou a denúncia, Pimenta desafiou:

— Vocês terão que provar.

O plenário estava alheio à confusão até que Cunha Bueno — que executou a conversa casualmente — "pegou uma carona" e correu para o microfone de apartes, perguntando se Derzi estava no plenário durante a votação. Vibrando com o desespero dos Líderes da Aliança Democrática, Genoino — que, a exemplo de Bueno, empunhou-se em obstruir a votação — divulgou uma lista de 13 Senadores ausentes de Brasília, entre eles Derzi. Pelo menos dois, no entanto, haviam sido vistos no Congresso.

— E se eu provar que Derzi não votou? — desafiou Genoino.

— Registraremos que o Senador votou. Vamos verificar ligando para a casa dele. Se eu confirmar a denúncia, a votação terá que ser refeita — respondeu Fragelli.

A confirmação levou uma hora, enquanto o plenário incendiava-se com discussões acirradas entre os que defendiam a anulação e os que alegavam que não era possível após a proclamação do resultado e que não houve má fé no registro do voto de Derzi.

Outros especulavam quem teria gritado o voto em nome de Derzi. Mais tarde, num canto do plenário, Rossetti revelava a alguns Deputados de quem partiu a denúncia: um Senador lhe deu a "dica" dos companheiros que não estavam em Brasília.

Eram 3h30m quando a sessão foi encerrada. Acabava o sufoco da Aliança Democrática.

Em Aracaju, o Presidente José Sarney reafirmou que a convocação da Constituinte é a concretização de um compromisso do Governo, assumido com o povo em praça pública pela Aliança.

Resgatamos para o povo a grande promessa que tínhamos de convocar a Constituinte livre e soberana, que vai confirmar institucionalmente a Nova República — enfatizou.

Dante da insistência do Líder do PDT e do Deputado José Genoino

para proferir seus votos. Como isso foi entendido como um voto de desconfiança da Mesa, os Senadores protestaram e votaram como sempre fazem: uns mais próximos, levantando a mão direita; e outros gritando "sim" e levantando-se para serem identificados pelo Secretário da Mesa, encarregado da chamada nominal. No plenário da Câmara, onde se realizam as sessões do Congresso, somente existe painel eletrônico para os Deputados, sendo os votos dos Senadores sempre tomados por chamada nominal.

O texto aprovado ontem à tarde pelo Senado é o quarto desde que chegou ao Congresso no dia 7 de agosto a mensagem presidencial propondo a convocação da Assembleia Constituinte. Um segundo texto foi o proposto pelo relator Flávio Bierrenbach e rejeitado pela Aliança Democrática, que o destituiu da função. O terceiro foi o do segundo relator, Walmor Giavarina. E o quarto, sem as expressões suprimidas nos destaques, foi votado em segundo turno.

Votaram ontem favoravelmente à

Assembleia Nacional Constituinte exclusiva quanto ao seu funcionamento, mas não quanto a seus integrantes (pois após a Constituinte os Deputados e Senadores continuariam seus mandatos no Senado e na Câmara), os seguintes Senadores, por parte:

PMDB — Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), Alcides Palo (RO), Galvão Modesto (RO), Hélio Guerres (PA), Alberto Silva (PI), Martins Filho (RN), Humberto Lucena (PB), Cid Sampaio (PE), João Calmon (ES), José Ignácio Ferreira (ES), Itamar Franco (MG), Alfredo Campos (MG), Nélson Carneiro (RJ), Fernando Henrique Cardoso (SP), Severo Gomes (SP), Henrique Santillo (GO), Mauro Borges (GO), Gastão Miller (MT), Marcelo Miranda (MS), Roberto Mypych (PR), Álvaro Dias (PR), Enéas Faria (PR) e Alcides Saldanha (RS).

PDS — Roberto Saturnino (R), respectivamente, não votaram pela Constituinte.

PTB — Antônio Leal (AC), Eunice Michiles (AM), Américo de Souza (MA), João Lobo (PI), José Lins (CE), Marcondes Gadelha (PB), Milton Cabral (PB), Nivaldo Machado (PE), Guilherme Palmeira (AL), Carlos Lyra (AL), Luiz Cavalcante (AL), Albano Franco (SE), Lourival Batista (SE), Jutahy Magalhães (BA), Jorge Bornhausen (SC) e Carlos Chiarelli (RS).

PP — José Genoino (PT-SP), que endossou a denúncia, Pimenta desafiou:

— Vocês terão que provar.

O plenário estava alheio à confusão até que Cunha Bueno — que executou a conversa casualmente — "pegou uma carona" e correu para o microfone de apartes, perguntando se Derzi estava no plenário durante a votação. Vibrando com o desespero dos Líderes da Aliança Democrática, Genoino — que, a exemplo de Bueno, empunhou-se em obstruir a votação — divulgou uma lista de 13 Senadores ausentes de Brasília, entre eles Derzi. Pelo menos dois, no entanto, haviam sido vistos no Congresso.

— E se eu provar que Derzi não votou? — desafiou Genoino.

— Registraremos que o Senador votou. Vamos verificar ligando para a casa dele. Se eu confirmar a denúncia, a votação terá que ser refeita — respondeu Fragelli.

A confirmação levou uma hora, enquanto o plenário incendiava-se com discussões acirradas entre os que defendiam a anulação e os que alegavam que não era possível após a proclamação do resultado e que não houve má fé no registro do voto de Derzi.

Outros especulavam quem teria gritado o voto em nome de Derzi. Mais tarde, num canto do plenário, Rossetti revelava a alguns Deputados de quem partiu a denúncia: um Senador lhe deu a "dica" dos companheiros que não estavam em Brasília.

Eram 3h30m quando a sessão foi encerrada. Acabava o sufoco da Aliança Democrática.

Em Aracaju, o Presidente José Sarney reafirmou que a convocação da Constituinte é a concretização de um compromisso do Governo, assumido com o povo em praça pública pela Aliança.

Resgatamos para o povo a grande promessa que tínhamos de convocar a Constituinte livre e soberana, que vai confirmar institucionalmente a Nova República — enfatizou.

Dante da insistência do Líder do PDT e do Deputado José Genoino

para proferir seus votos. Como isso foi entendido como um voto de desconfiança da Mesa, os Senadores protestaram e votaram como sempre fazem: uns mais próximos, levantando a mão direita; e outros gritando "sim" e levantando-se para serem identificados pelo Secretário da Mesa, encarregado da chamada nominal. No plenário da Câmara, onde se realizam as sessões do Congresso, somente existe painel eletrônico para os Deputados, sendo os votos dos Senadores sempre tomados por chamada nominal.

O texto aprovado ontem à tarde pelo Senado é o quarto desde que chegou ao Congresso no dia 7 de agosto a mensagem presidencial propondo a convocação da Assembleia Constituinte. Um segundo texto foi o proposto pelo relator Flávio Bierrenbach e rejeitado pela Aliança Democrática, que o destituiu da função. O terceiro foi o do segundo relator, Walmor Giavarina. E o quarto, sem as expressões suprimidas nos destaques, foi votado em segundo turno.

Votaram ontem favoravelmente à

Assembleia Nacional Constituinte exclusiva quanto ao seu funcionamento, mas não quanto a seus integrantes (pois após a Constituinte os Deputados e Senadores continuariam seus mandatos no Senado e na Câmara), os seguintes Senadores, por parte:

PMDB — Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), Alcides Palo (RO), Galvão Modesto (RO), Hélio Guerres (PA), Alberto Silva (PI), Martins Filho (RN), Humberto Lucena (PB), Cid Sampaio (PE), João Calmon (ES), José Ignácio Ferreira (ES), Itamar Franco (MG), Alfredo Campos (MG), Nélson Carneiro (RJ), Fernando Henrique Cardoso (SP), Severo Gomes (SP), Henrique Santillo (GO), Mauro Borges (GO), Gastão Miller (MT), Marcelo Miranda (MS), Roberto Mypych (PR), Álvaro Dias (PR), Enéas Faria (PR) e Alcides Saldanha (RS).

PDS — Roberto Saturnino (R), respectivamente, não votaram pela Constituinte.

PTB — Antônio Leal (AC), Eunice Michiles (AM), Américo de Souza (MA), João Lobo (PI), José Lins (CE), Marcondes Gadelha (PB), Milton Cabral (PB), Nivaldo Machado (PE), Guilherme Palmeira (AL), Carlos Lyra (AL), Luiz Cavalcante (AL), Albano Franco (SE), Lourival Batista (SE), Jutahy Magalhães (BA), Jorge Bornhausen (SC) e Carlos Chiarelli (RS).

PP — José Genoino (PT-SP), que endossou a denúncia, Pimenta desafiou:

— Vocês terão que provar.

O plenário estava alheio à confusão até que Cunha Bueno — que executou a conversa casualmente — "pegou uma carona" e correu para o microfone de apartes, perguntando se Derzi estava no plenário durante a votação. Vibrando com o desespero dos Líderes da Aliança Democrática, Genoino — que, a exemplo de Bueno, empunhou-se em obstruir a votação — divulgou uma lista de 13 Senadores ausentes de Brasília, entre eles Derzi. Pelo menos dois, no entanto, haviam sido vistos no Congresso.

— E se eu provar que Derzi não votou? — desafiou Genoino.

— Registraremos que o Senador votou. Vamos verificar ligando para a casa dele. Se eu confirmar a denúncia, a votação terá que ser refeita — respondeu Fragelli.

A confirmação levou uma hora, enquanto o plenário incendiava-se com discussões acirradas entre os que defendiam a anulação e os que alegavam que não era possível após a proclamação do resultado e que não houve má fé no registro do voto de Derzi.

Outros especulavam quem teria gritado o voto em nome de Derzi. Mais tarde, num canto do plenário, Rossetti revelava a alguns Deputados de quem partiu a denúncia: um Senador lhe deu a "dica" dos companheiros que não estavam em Brasília.

Eram 3h30m quando a sessão foi encerrada. Acabava o sufoco da Aliança Democrática.

Em Aracaju, o Presidente José Sarney reafirmou que a convocação da Constituinte é a concretização de um compromisso do Governo, assumido com o povo em praça pública pela Aliança.

Resgatamos para o povo a grande promessa que tínhamos de convocar a Constituinte livre e soberana, que vai confirmar institucionalmente a Nova República — enfatizou.

Dante da insistência do Líder do PDT e do Deputado José Genoino

para proferir seus votos. Como isso foi entendido como um voto de desconfiança da Mesa, os Senadores protestaram e votaram como sempre fazem: uns mais próximos, levantando a mão direita; e outros gritando "sim" e levantando-se para serem identificados pelo Secretário da Mesa, encarregado da chamada nominal. No plenário da Câmara, onde se realizam as sessões do Congresso, somente existe painel eletrônico para os Deputados, sendo os votos dos Senadores sempre tomados por chamada nominal.

O texto aprovado ontem à tarde pelo Senado é o quarto desde que chegou ao Congresso no dia 7 de agosto a mensagem presidencial propondo a convocação da Assembleia Constituinte. Um segundo texto foi o proposto pelo relator Flávio Bierrenbach e rejeitado pela Aliança Democrática, que o destituiu da função. O terceiro foi o do segundo relator, Walmor Giavarina. E o quarto, sem as expressões suprimidas nos destaques, foi votado em segundo turno.

Votaram ontem favoravelmente à

Assembleia Nacional Constituinte exclusiva quanto ao seu funcionamento, mas não quanto a seus integrantes (pois após a Constituinte os Deputados e Senadores continuariam seus mandatos no Senado e na Câmara), os seguintes Senadores, por parte:

PMDB — Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), Alcides Palo (RO), Galvão Modesto (RO), Hélio Guerres (PA), Alberto Silva (PI), Martins Filho (RN), Humberto Lucena (PB), Cid Sampaio (PE), João Calmon (ES), José Ignácio Ferreira (ES), Itamar Franco (MG), Alfredo Campos (MG), Nélson Carneiro (RJ), Fernando Henrique Cardoso (SP), Severo Gomes (SP), Henrique Santillo (GO), Mauro Borges (GO), Gastão Miller (MT), Marcelo Miranda (MS), Roberto Mypych (PR), Álvaro Dias (PR), Enéas Faria (PR) e Alcides Saldanha (RS).

PDS — Roberto Saturnino (R), respectivamente, não votaram pela Constituinte.

PTB — Antônio Leal (AC), Eunice Michiles (AM), Américo de Souza (MA), João Lobo (PI), José Lins (CE), Marcondes Gadelha (PB), Milton Cabral (PB), Nivaldo Machado (PE), Guilherme Palmeira (AL), Carlos Lyra (AL), Luiz Cavalcante (AL), Albano Franco (SE), Lourival Batista (SE), Jutahy Magalhães (BA), Jorge Bornhausen (SC) e Carlos Chiarelli (RS).

PP — José Genoino (PT-SP), que endossou a denúncia, Pimenta desafiou:

— Vocês terão que provar.

O plenário estava alheio à confusão até que Cunha Bueno — que executou a conversa casualmente — "pegou uma carona" e correu para o microfone de apartes, perguntando se Derzi estava no plenário durante a votação. Vibrando com o desespero dos Líderes da Aliança Democrática, Genoino — que, a exemplo de Bueno, empunhou-se em obstruir a votação — divulgou uma lista de 13 Senadores ausentes de Brasília, entre eles Derzi. Pelo menos dois, no entanto, haviam sido vistos no Congresso.

— E se eu provar que Derzi não votou? — desafiou Genoino.

— Registraremos que o Senador votou. Vamos verificar ligando para a casa dele. Se eu confirmar a denúncia, a votação terá que ser refeita — respondeu Fragelli.